

Lula acusa a Justiça de classista

■ Candidato opositorista propõe a CPI do Proer e cita Lampião para criticar desigualdade do Judiciário

SONIA CARNEIRO

BRASÍLIA – Com críticas ao Poder Judiciário e ao presidente Fernando Henrique Cardoso, o candidato da frente de oposições, Luiz Inácio Lula da Silva, inaugurou ontem o ciclo de palestras de candidatos à Presidência da República promovido pela Ordem dos Advogados do Brasil. Lula acusou a Justiça brasileira de classista, lenta e defensora do poder econômico. As palestras dos candidatos fazem parte do seminário Violência e Direitos Humanos, que termina quinta-feira, com palestra de Fernando Henrique.

Lula cobrou um comportamento mais institucional do Poder Judiciário. “Quem rouba remédio para o filho doente vai preso, mas quem dá desfalque de R\$ 10 bilhões no Proer está solto e continua governando”, afirmou o candidato, sem nomear o alvo de suas críticas. “Não estamos antecipando culpa de ninguém”, disse Lula, que defendeu a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) no Congresso para o Proer, o programa de ajuda a bancos. Ao se deparar com a mesa onde, em 1980, uma carta-bomba explodiu matando a funcionária da OAB, Dona Lyda Monteiro da Silva, Lula não se conteve: “O rombo no Proer tem o tamanho do rombo desta mesa.”

Para exemplificar atitudes desiguais do Judiciário, Lula citou um personagem histórico. “O nosso Virgulino Lampião já dizia em 1927: no Brasil, quem tiver 27 mil réis não vai para a cadeia. Porque a Justiça é um pouco classista, não vou dizer preconceituosa. Ela depende do poder de quem possa contratar um bom advogado, e é mais favorável a uns do que a outros. Vemos gente sendo presa porque roubou um vidro de remédio para salvar vida do filho e pessoas que dão desfalque de R\$ 10 bilhões no caso do Proer em liberdade e governando o país”, disse Lula.

Em documento de oito páginas assinado diante de platéia pouco numerosa, Lula se comprometeu a implantar no Brasil, se for

eleito presidente da República, uma Justiça rápida e de custos reduzidos, e a não adotar a súmula vinculante que unifica as decisões do Judiciário às do Supremo Tribunal Federal. “Ela é fator de debilidade e esterilização do Poder Judiciário”, afirmou. Além disso, Lula se comprometeu a acabar com o uso indiscriminado de medidas provisórias, afirmando que só vai se utilizar desse instrumento em casos de emergência. Lula defendeu ainda a criação de um órgão de controle externo do Judiciário e de uma Corte Constitucional para aperfeiçoar o sistema democrático.

O candidato opositorista prometeu ainda reformar totalmente o sistema penitenciário, as fundações de amparo aos menores e as polícias. Segundo Lula, essas instituições são verdadeiras linhas de produção de criminalidade. “Não é por acaso que o Brasil tem o maior índice de reincidência criminal no mundo”, afirmou.

Como exemplo de morosidade da Justiça no Brasil, Lula citou o fato de a proibição ao ex-presidente Fernando Collor de ocupar cargo público já estar se esgotando sem que o Supremo Tribunal Federal tenha julgado os processos. Lula disse que ele próprio está com um processo contra o INSS, desde 1985, para uma cobrança de R\$ 800 mil (valores de hoje). “Já faz 13 anos e nada de julgamento. Já estamos na outra eleição e o processo não foi resolvido”, queixou-se Lula.

“Nas últimas eleições, em São Paulo, os candidatos se xingavam tanto de ladrão, e eram tantas as denúncias, que eu imaginava que se a Justiça fosse atuante no nosso país, suspendia as eleições para apurar as eventuais irregularidades. O problema é que acaba a eleição e ninguém apura mais nada.”

O candidato petista disse ainda o que espera do Poder Judiciário nas eleições. “Um presidente da República chama os aposentados de vagabundos e depois vai para cadeia de rádio e televisão se justificar. Se eu falar uma bobagem, qual é o direito que eu tenho de convocar cadeia de rádio e televisão?”, reclamou Lula.

Brasília – Carlos Eduardo



Lula comparou rombo do Proer ao rombo na mesa de D. Lyda, vítima de carta-bomba em 1980